



TUDO UM MUNDO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
3º TRIMESTRE 2025

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2025	3
PMP e Arrears	4
Endividamento	5
Execução Orçamental da Receita	6
Execução Orçamental da Despesa	10
Equilíbrio Orçamental	14
Alterações Orçamentais	15
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	19
Análise das rubricas de Rendimentos	24
Análise das rubricas de Investimentos	28
Indicadores Financeiros	29
Contabilidade de Gestão	30

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3º TRIMESTRE 2025

Instrumentos previsionais de gestão 2025

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2025, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2024, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

A informação financeira relativa ao ano anterior resulta da extração dos elementos à presente data.

O orçamento do Município para o exercício de 2025, no final do 3º trimestre apresentou um ajustamento de 36.625,17 milhares de euros, mediante a realização de diversas alterações orçamentais (tratadas em capítulo próprio), correspondendo a uma dotação corrigida de 321.387,19 milhares de euros (m€), composto por 228.900,78 m€ de receitas correntes e de despesas correntes no montante de 214.998,51 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 90.945,46 m€, sendo as despesas de 106.388,68 m€.

De referir que o valor das receitas inclui a verba relativa à integração do Saldo da Gerência Anterior de 41.530,04 m€¹, correspondendo 30.108,06 m€ a receitas correntes e 11.421,98€ a receitas de capital.

Acresce ainda, nas outras receitas, um total de 1.540,94 m€ de Reposições não abatidas nos pagamentos.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2024, um orçamento corrigido de 297.043,01 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 222.686,67 m€ e 201.926,88 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 73.465,25 m€ e despesas de 95.116,13 m€, contemplando as receitas um total 32.895,08 m€ referente à integração do Saldo da Gerência Anterior, dividido entre corrente (23.615,50 m€) e capital (9.279,58 m€). Nas outras receitas temos, ainda, o valor de 891,09 m€ das Reposições não abatidas nos pagamentos.

¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2024 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo durante os nove meses de 2025.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



O PMP apurado em 30/09/2025 é de 12 dias. Confirma-se assim, também neste terceiro trimestre, a trajetória de redução do número de dias de prazo médio de pagamento, o qual se situa confortavelmente abaixo do prazo limite de 90 dias.

Endividamento

O endividamento municipal a 30/09/2025, considerando o enquadramento legal existente, ascendia a 102.901,54 m€. Os empréstimos de médio e longo prazo (m.l.p.) representam o valor mais relevante, com 84.081,13 m€. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis ficou-se nos 4.755,99 m€ e a dívida de curto prazo registou o valor de 14.064,43 m€.

De referir que, do total de dívida relativa a empréstimos de m.l.p., cerca de 15%, equivalentes a 12.245,25 m€, correspondem a empréstimos excluídos do limite de endividamento por se tratar de empréstimos excecionados ao abrigo do nº 5 do art.º 52 da Lei 73/2013.

Descrição	30/09/2024	30/09/2025
Dívida de MLP	76 032,93	87 006,04
Empréstimos	71 056,83	82 340,02
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	4 976,10	4 666,01
Dívida de CP	13 220,02	14 064,43
Fornecedores e Outros Credores	13 220,02	14 064,43
Dívida de MLP Exigível a CP	1 659,78	1 831,08
Empréstimos	1 516,79	1 741,10
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	142,99	89,98
Endividamento Total	90 912,73	102 901,54

milhares de euros

Quando analisamos o mesmo período de 2024, o endividamento municipal ascende a 90.912,73 m€, dos quais, 72.573,62 m€ são referentes a empréstimos de m.l.p. junto da banca comercial, Instituto Nacional de Habitação (IHRU) e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C). A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis é de 5.119,10 m€ e a dívida de curto prazo ascende aos 13.220,02 m€.

Efetuada a comparação do endividamento total no 3º trimestre de 2025 com o do período homólogo de 2024, verifica-se um aumento na ordem dos 11.988,81 m€ motivada, sobretudo, pela utilização de novas tranches dos empréstimos contratados, o que originou um incremento de 10.973,10 m€ da Dívida de MLP e de 171,30 m€ na Dívida de MLP Exigível a Curto Prazo. Como referido esta variação resulta, essencialmente, do acréscimo verificado ao nível dos empréstimos, com mais 11.283,20 m€ de Dívida de MLP e mais 224,32 m€ de Dívida de MLP exigível CP, compensado, em parte, pela redução da dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis: menos 310,09 m€ na Dívida de MLP e menos 53,02 m€ na Dívida de MLP Exigível a Curto Prazo.

Execução Orçamental da Receita

Nos primeiros nove meses de 2025, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 245.402,10 m€, registando como receitas correntes o montante de 171.750,41 m€, e nas receitas de capital 31.779,84 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 41.530,04 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 341,81 m€.

Por sua vez, no mesmo período de 2024, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 198.115,93 m€, registando nas receitas correntes um montante de 145.932,15 m€ e nas de capital 17.905,05 m€, acrescentando outras receitas como o saldo de gerência anterior de 32.895,08 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.383,65 m€.

Em termos globais, a receita cobrada a 30/09/2025 apresenta um crescimento de 24% face a igual período de 2024.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no final do 3º trimestre de 2025, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo de 2024:

C.Econ	Descrição	30/09/2024		30/09/2025		Cobrado 2025/2024	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2024 (a)	2025 (a)	2025 (b)
RECEITAS CORRENTES									
		199 071,17	145 932,15	198 792,72	171 750,41	25 818,26	73,31%	86,40%	84,77%
01	Impostos diretos	101 959,68	79 452,73	104 097,75	103 630,81	24 178,07	77,93%	99,55%	97,11%
04	Taxas, multas e outras penalidades	5 943,12	4 486,85	7 103,42	4 690,18	203,33	75,50%	66,03%	64,48%
05	Rendimentos da propriedade	6 621,75	3 835,21	7 130,75	5 786,60	1 951,38	57,92%	81,15%	81,15%
06	Transferências correntes	78 079,89	54 000,01	73 482,28	53 452,71	-547,30	69,16%	72,74%	72,62%
07	Venda de bens e serviços correntes	3 873,83	3 977,40	5 255,13	3 994,55	17,14	102,67%	76,01%	75,86%
08	Outras receitas correntes	2 592,90	179,94	1 723,39	195,58	15,64	6,94%	11,35%	-17,32%
RECEITAS DE CAPITAL									
		64 185,67	17 905,05	79 523,48	31 779,84	13 874,79	27,90%	39,96%	35,41%
09	Venda de bens de investimento	455,87	305,48	839,80	108,60	-196,88	67,01%	12,93%	11,80%
10	Transferências de capital	26 641,55	5 602,45	33 600,98	13 344,03	7 741,58	21,03%	39,71%	31,84%
11	Ativos financeiros	0,20	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	35 587,27	11 866,05	43 702,00	18 290,48	6 424,44	33,34%	41,85%	39,71%
13	Outras receitas de capital	1 500,78	131,07	1 380,20	36,73	-94,35	8,73%	2,66%	0,39%
OUTRAS RECEITAS									
		33 786,17	34 278,72	43 070,98	41 871,85	7 593,13	101,46%	97,22%	97,21%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	891,09	1 383,65	1 540,94	341,81	-1 041,84	155,28%	22,18%	21,90%
16	Saldo da gerência anterior	32 895,08	32 895,08	41 530,04	41 530,04	8 634,97	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL		297 043,01	198 115,93	321 387,19	245 402,10	47 286,18	66,70%	76,36%	74,22%

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão
 (b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

Da análise efetuada ao quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2025/2024, com um aumento de 47.286,18 m€. O acréscimo foi transversal a todas as componentes da Receita. Ao nível das Receitas Correntes, o aumento foi de 25.818,26 m€. As Receitas de Capital, por sua vez, registaram um crescimento de 13.874,79 m€ face ao mesmo período de 2024. Também as Outras Receitas tiveram uma evolução positiva, mais 7.593,13 m€, desagregado da seguinte forma: 8.634,97 m€ de aumento do Saldo da Gerência Anterior e 1.041,84 m€ de diminuição das Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

Relativamente à Receita Corrente Bruta arrecadada, esta ascendeu a 171.750,41 m€ no final do 3º trimestre de 2025 e a 145.932,15 m€ em idêntico período de 2024, o que corresponde a uma variação 2025/2024 de mais 17,7%, traduzida em mais 25.818,26 m€, em termos absolutos. Este aumento é reflexo, principalmente, do acréscimo da rubrica de Impostos Diretos, com mais 24.178,07 m€. Embora com valores mais modestos, as rubricas de Rendimentos da Propriedade, de Taxas, multas e outras penalidades, de Venda de Bens e Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes também registaram aumentos face ao período homólogo, de 1.951,08 m€, 203,33 m€, 17,14 m€ e 15,64 m€, respetivamente. Apenas as rubricas de Transferências correntes apresentam, no final de setembro de 2025, diminuição de receita cobrada, menos 547,30 m€ receita face ao valor registado no mesmo período do ano de 2024.

No que concerne aos Impostos Diretos, constata-se que, até 30/09/2025, perfazem um montante de 103.630,81 m€, revelando um aumento de cerca de 30% face ao valor atingido no mesmo período do ano anterior de 79.452,73 m€, o que corresponde a mais 24.178,07 m€. Este aumento resulta das variações positivas registadas nas rubricas do IMI, IMT, IUC e Derrama.

A receita cobrada bruta de IMI apresenta o valor de 29.526,14 m€, um aumento de 2.284,15 m€ face ao valor registado no período homólogo, traduzindo-se na recuperação da evolução apresentada no final do 2º trimestre de 2025, a qual refletiu os efeitos da decisão do Governo de prorrogar, para todos os contribuintes, o prazo para o pagamento da primeira prestação do IMI ou, se for o caso, da prestação única deste imposto até ao final do mês de junho (Despacho nº 79/2025).

Relativamente à receita cobrada de IMT, em termos brutos, regista um montante de 55.371,73 m€, mais 21.319,03 m€ do que o valor registado no período homólogo (34.052,70 m€). De referir que 2.666,15 m€ do total de receita cobrada de IMT corresponde a compensações ao Município no âmbito do IMT Jovem, recebidos ao abrigo do DL 48-A/2024.

As receitas do IUC, a 30/09/2025, ascendem a 8.974,04 m€, mais 390,19 m€ em comparação com o valor registado a 30/09/2024. A Derrama, apresenta 9.756,73 m€ de receita cobrada no período em análise, um aumento de mais 194,68 m€ face a idêntico período do ano anterior. As receitas provenientes da Contribuição Autárquica foram as únicas que apresentaram um decréscimo de 9,97 m€ face a idêntico período de 2024.

As receitas de Rendimentos da Propriedade registaram um incremento de 1.951,38 m€ face ao valor registado no final do 3º trimestre de 2024. O montante de receita de Rendimentos da Propriedade a 30/09/2025 é de 5.786,60 m€ provenientes, em grande parte, de Rendas de Bens de Domínio Público (4.553,01 m€). A variação registada nas receitas de Rendimentos da

Propriedade resulta, por um lado, do momento de registo da cobrança das rendas relativas à concessão de distribuição de energia elétrica paga pela E-Redes: a renda relativa ao 4º trimestre de 2024 foi cobrada no 1º trimestre de 2025 e, por outro lado, de montantes de juros creditados a partir de 2025 em diversas contas do Município, os quais a 30/09/2025 totalizam 400,82 m€.

Relativamente à receita bruta relativa a Taxas, multas e outras penalidades, verifica-se que esta rubrica da receita corrente regista um valor de 4.690,18 m€ e um acréscimo de 203,33 m€, face ao valor registado no final do 3º trimestre de 2024, explicado, essencialmente pelo aumento da taxa turística (mais 685,97 m€) que compensou a redução nas rubricas referentes a Ocupação de Via Pública (menos 277,87 m€), a Licença sobre o ruído (menos 62,00 m€ e Multas e outras Penalidades (menos 33,35 m€).

As Vendas de Bens e Serviços Correntes, a 30/09/2025, registam um montante de 3.994,55 m€, valor quase na sua totalidade relativo a serviços (3.939,75 m€) com destaque para os serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto com um valor de receita cobrada bruta de 1.457,95 m€ e para os serviços específicos das autarquias com um valor de receita bruta arrecadada de 2.292,10 m€.

Relativamente às Transferências Correntes, verifica-se que a 30/09/2025, embora, em termos absolutos, representem o segundo maior montante de Receita Corrente cobrada com o valor de 53.452,71 m€, registam uma ligeira diminuição de 1%, que se traduz em menos 547,30 m€, face ao período homólogo de 2024. A receita relativa a Transferências Correntes resulta de diversas verbas recebidas da Administração Central, com destaque para os valores recebidos no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, nestes primeiros nove meses de 2025 o montante de 23.327,30 m€ no âmbito da transferência das áreas da educação, ação social e saúde. Além das transferências no âmbito da descentralização de competências, compõem esta rubrica as transferências relativas à Participação fixa no IRS com um valor de receita cobrada bruta de 8.888,84 m€, o Fundo de Equilíbrio Financeiro que regista 7.025,54 m€ de receita arrecadada, o Fundo Social Municipal com um total arrecadado de 6.231,11 m€, as verbas relativas ao Artº 35, nº 5 da Lei 73/2013 que somam 4.351,17 m€, a receita relativa à Participação do IVA com um valor de 1.378,55 m€ e a Participação comunitária em projetos co-financiados cuja receita cobrada bruta ascende a 1.859,08 m€, além de outras com carácter residual. Relativamente à Participação fixa no IRS, é de referir ainda que a receita arrecadada nos primeiros nove meses de 2025 regista uma diminuição de 4.445,55 m€, face ao valor cobrado em idêntico período do ano 2024. Esta variação reflete o impacto da decisão do Município em reduzir a participação

no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho para os 2,5% para os rendimentos do ano de 2024 (anteriormente esta taxa era de 4%).

Ao nível das receitas de capital, verifica-se, a 30/09/2025, um valor de receita cobrada bruta de 31.779,84 m€ e um acréscimo de 13.874,79 m€, em comparação com o valor registado em idêntico período do ano de 2024, resultado da variação positiva verificada nas rubricas de Transferências de Capital, que registam mais 7.741,58 m€, e de Passivos Financeiros, que apresentam mais 6.424,44 m€. Esta variação sofreu, ainda, do efeito da ligeira diminuição das Vendas de Bens de Investimento e das Outras Receitas de Capital, no valor de 196,88 m€ e de 94,35 m€, respetivamente.

As Transferências de Capital registam o valor de 13.344,03 m€, o qual advém na totalidade de Transferências com origem na Administração Central, que no final do 3º trimestre registam um aumento de 7.741,58 m€ face ao valor recebido no período homólogo, com destaque para o valor recebido relativo à participação comunitária em projetos cofinanciados cujo valor de receita cobrada bruta ascendeu, no final do 3º trimestre de 2025, a 8.212,25 m€, um crescimento de 6.195,84 m€ em comparação com o valor registado no período homólogo de 2024.

Relativamente aos Passivos Financeiros, nos primeiros nove meses de 2025, apresentam um peso relativo de 57,6% do total de receita de capital arrecadada, e um montante de 18.290,48 m€, o que corresponde a mais 6.424,44 m€ do que o valor registado no mesmo período de 2024. Este valor decorre, por um lado da libertação de tranches de empréstimos nomeadamente: 6 tranches no valor total de 3.536,69 m€ do empréstimo de m.l.p. de 17.916,47 m€, 6 tranches no valor de 7.903,88 m€ do empréstimo de m.l.p. de 38.988,22 m€, 5 tranches no valor total de 1.556,86 m€ do empréstimo de m.l.p. de 11.850,00 m€, todos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos, S.A. destinados ao financiamento de diversos investimentos e 2 tranches no valor de 3.136,24 m€ do empréstimo de m.l.p. de 6.041,95 m€ do Millenium BCP destinado ao financiamento da aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais, e, por outro, de diversos desembolsos relativos a financiamentos reembolsáveis concedidos ao Município, no valor total de 2.156,81 m€, sendo 1.433,41 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de soluções de melhoria da acessibilidade de canais pedonais e cicláveis em locais de risco" e 723,40 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de corredores BUS em solução pré-metro - 1ª Fase - VL 3".

Da análise suprarreferida, ressalta que no final 3º trimestre do ano de 2025, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 86,40%, registando um acréscimo de 13,09 p.p. face a idêntico período de 2024, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 39,96%, registando, um acréscimo 12,06 p.p., comparativamente com o valor registado no ano transato.

Por fim, importa referir que a taxa de execução da receita bruta total a 30/09/2025 foi de 76,36%, valor acima do valor apresentado a 30/09/2024, que se situou nos 66,70%, verificando-se um aumento de 9,66 p.p.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total, no final do 3º trimestre de 2025 foi de 163.180,06 m€, apresentando um aumento de 6.827,20 m€ face ao período homólogo de 2024, no qual a despesa total atingiu 156.352,86 m€. Na base desta evolução destaca-se o acréscimo verificado quer ao nível da despesa corrente, com mais 1.616,31 m€ em comparação com o 3º trimestre de 2024, quer ao nível das despesas de capital que registam um aumento de 5.210,89 m€, passando dos 35.576,88 m€ registados no final do 3º trimestre de 2024 para os 40.787,77 m€ apurados até ao final do 3º trimestre de 2025.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	30/09/2024		30/09/2025		Despesa Paga 2025/2024	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2024	2025
	DESPESAS CORRENTES	201 926,88	120 775,98	214 998,51	122 392,29	1 616,31	59,81%	56,93%
01	Despesas com o pessoal	84 675,99	57 687,60	93 907,01	60 694,37	3 006,77	68,13%	64,63%
02	Aquisição de bens e serviços	76 460,53	37 382,63	73 565,33	36 639,11	-743,52	48,89%	49,80%
03	Juros e outros encargos	4 543,38	2 556,60	3 787,18	2 253,89	-302,71	56,27%	59,51%
04	Transferências correntes	20 592,78	14 304,61	23 729,40	14 832,96	528,35	69,46%	62,51%
05	Subsídios	12 928,72	7 252,30	14 209,07	6 505,92	-746,38	56,09%	45,79%
06	Outras despesas correntes	2 725,49	1 592,23	5 800,52	1 466,03	-126,20	58,42%	25,27%
	DESPESAS DE CAPITAL	95 116,13	35 576,88	106 388,68	40 787,77	5 210,89	37,40%	38,34%
07	Aquisição de bens de capital	80 632,01	25 721,34	88 058,79	27 608,86	1 887,52	31,90%	31,35%
08	Transferências de capital	3 842,73	2 111,35	7 561,38	5 403,42	3 292,08	54,94%	71,46%
09	Ativos financeiros	0,50	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	10 640,49	7 744,19	10 767,71	7 775,49	31,30	72,78%	72,21%
11	Outras despesas de capital	0,40	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	TOTAL	297 043,01	156 352,86	321 387,19	163 180,06	6 827,20	52,64%	50,77%

milhares de euros

As Despesas Correntes apresentam um total de 122.392,29 m€, um aumento de 1.616,31 m€ face ao mesmo período de 2024. Esta variação resulta do aumento de diversas componentes da Despesa Corrente, com particular destaque para as Despesas com o Pessoal, que registam mais 3.006,77 m€. Também as Transferências Correntes registaram um incremento de 528,35 m€. Inversamente, a Aquisição de Bens e Serviços, os Juros e Outros Encargos, os Subsídios e as Outras Despesas Correntes registaram ligeiras diminuições de 743,52 m€, 302,71 m€, 746,38 m€ e 126,20 m€, respetivamente.

As Despesas com Pessoal totalizaram, no 3º trimestre de 2025, 60.694,37 m€, representando 37,2% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 45.716,57 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de cerca de 75,3%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal ao longo do ano de 2025 estão os aumentos definidos a nível governamental, nomeadamente:

- o Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro de 2025, que altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública; e
- o Decreto-Lei nº 51/2025, de 27 de março de 2025, que procedeu à revisão da carreira dos Bombeiros Sapadores, com efeitos a 01 de janeiro de 2025. Este diploma, entre outras alterações, criou o suplemento de Bombeiro Sapador, comportando as componentes do risco, penosidade, insalubridade e prontidão de comparência, pago em 12 meses e em percentagem da retribuição base. No que diz respeito à valorização remuneratória em 2025, foi criada uma tabela remuneratória (artigo 29º), que define novas posições e níveis remuneratórios para todas as categorias de bombeiros sapadores e estabelecido o reposicionamento através de transição para a nova estrutura remuneratória em 2025, aplicando-se regras específicas definidas no n.º 3 do artigo 6º.

As transferências correntes registam um aumento de 528,35 m€, neste período, passando dos 14.304,61 m€ registados em 2024, para 14.832,96 m€ em 2025. De realçar as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos que totalizam, a 30/09/2025, 7.069,88 m€ e ainda as transferências correntes para a administração Central com 1.991,92 m€ e para a administração local com 3.520,96 m€, das quais 3.068,58 m€ são relativos a transferências correntes para as freguesias. As transferências correntes para as famílias, no total dos nove meses de 2025, registam mais 444,18 m€ do que o valor registado no mesmo período do ano anterior, e ascendem a 1.813,28 m€, dos quais 841,45 m€ são relativos à atribuição do Cheque-Oferta 2024/2025 no âmbito dos auxílios económicos diretos atribuídos pelo Município, e 442,66 m€ referem-se ao Passe Andante Municipal Viver Gaia+65, medida que consiste na comparticipação parcial do passe municipal a todos os cidadãos reformados residentes em Vila Nova de Gaia com 65 anos ou mais.

Relativamente às transferências correntes destinadas a Instituições sem fins lucrativos, é de referir que até ao final do presente trimestre representam cerca de 48% do total das transferências correntes, com um montante de despesa paga de 7.069,88 m€ e um acréscimo de 1.279,12 m€ face a igual período de 2024, com destaque para:

- Protocolo denominado Escola a Tempo Inteiro – Projeto Educativo GAIAprende + com 2.012,05 m€ pagos até 30/09/2025;
- Protocolo de colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da Descentralização na área da Ação Social, com um valor de despesa paga de 1.447,57 m€;
- Protocolo de acordo Escola a Tempo Inteiro - Projeto GAI@prende + i que totalizou 767,94 m€;
- Transferências correntes no valor de 400,00 m€ relativas ao Contrato de Programa entre o Município de Vila Nova de Gaia e Inovagaia – Associação p/ o Centro de Incubação de Base Tecnológica de V. N de Gaia;
- Transferências Correntes para apoio a coletividades desportivas/Recreativas 460,82 m€;
- Apoio a diversas coletividades e instituições no âmbito da cultura, nomeadamente, para a realização de festividades locais no total de 460,38 m€;
- Transferências correntes - IPSS no âmbito do projeto Gaia + Inclusiva no valor total de 310,95 m€.
- Protocolo de colaboração entre o Município de Vila Nova de Gaia e Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários sediadas no concelho – Apoio à atividade no valor global de 276,00 m€;

As Aquisições de Bens e Serviços Correntes, registam uma diminuição de 743,52 m€, passando de 37.382,63 m€ registados nos três primeiros trimestres de 2024 para 36.639,11 m€ no mesmo período de 2025. Esta variação decorre tanto da diminuição verificada na aquisição de serviços, de menos 446,62 m€ face ao mesmo período de 2024, como da diminuição ocorrida na aquisição de bens, cujo decréscimo foi 296,90 m€.

No que concerne à aquisição de serviços, o total de despesa executada ascende a 31.386,46 m€, dos quais se destacam os “Outros serviços”, com um peso relativo de cerca de 43% do total das aquisições de serviços e um valor de despesa paga de 13.378,78 m€, e os “Encargos das instalações” que ascendem a 4.707,37 m€ e representam 15% do total das despesas com aquisição de serviços.

O montante de juros pagos pelo Município a 30/09/2025 atingiu o valor de 2.253,89 m€, representando um recuo de 302,71 m€ face ao mesmo no mesmo período de 2024.

Ao nível dos Subsídios, com um valor de despesa paga a 30/09/2025 de 6.505,96 m€, verifica-se um recuo de despesa paga de 746,38 m€, explicado da seguinte forma:

- o valor de despesa paga a 30/09/2025, de 2.105,92 m€, corresponde ao 1º e 2º trimestre de 2025 do Contrato de Serviço Público da STCP nos Órgãos Municipais enquanto o valor de despesa paga a 30/09/2024 refere-se a duas tranches do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP (num total de 1.927,48 m€);
- do valor total de despesa anual prevista, 6.600 m€, relativa ao contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Águas de Gaia EM, S.A, no final dos nove primeiros meses de 2025, foram pagos 4.400,00 m€ enquanto no mesmo período de 2024, o valor executado foi de 4.950,00 m€;
- a despesa paga até final do 3º trimestre de 2024 inclui o montante de 250,00 m€ relativo ao mês de dezembro de 2023 do contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM;
- o Município procedeu ao pagamento no primeiro semestre de 2024 de subsídios para cobertura de prejuízos - Equilíbrio de contas (2023) ao abrigo da Lei 50/2012, de 30 de agosto, no valor de 124,82 m€ (Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., Inovagaia – Assoc. para Centro de Incubação da Base Tecnológica e GaiaFuturo – Cooperativa de Interesse Público, CRL).

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas com maior expressividade, são as Aquisições de Bens de Capital, cifrando-se em 27.608,86 m€, seguidas pelos Passivos Financeiros com um volume de 7.775,49 m€. As Transferências de Capital registam um total de despesa paga de 5.403,42 m€. No final do 3º trimestre de 2025, as Despesas de Capital totalizam 40.787,77 m€ e registaram um acréscimo de 5.210,89 m€ face ao mesmo período ano anterior. Esta variação positiva é transversal a todas as componentes das Despesas de Capital: as Aquisições de Bens de Capital apresentam mais 1.887,52 m€, as Transferências de Capital mais 3.292,08 m€ e os Passivos Financeiros um ligeiro aumento de 31,30 m€, face aos valores registados em idêntico período do ano anterior.

No final do 3º trimestre de 2025, a despesa com Aquisições de bens de capital representa cerca de 68% da despesa de capital, com um valor total de 27.608,86 m€, destacando-se os investimentos realizados nos “Edifícios” nomeadamente na rubrica “Instalações desportivas e recreativas” com um valor investido de 5.154,15 m€, mais 1.329,30 m€ do que em idêntico período do ano de 2024, com distinção para o Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão e a reconstrução da Piscina de Maravedi, com um total de despesa paga, a 30/09/2025, de 2.550,88 m€ e 2.483,44 m€, respetivamente. De referir ainda os investimentos realizados em

“Construções diversas”, com um valor total de 6.129,32 m€ nomeadamente na rubrica “Viadutos, arruamentos e obras complementares” com o valor investido de 4.284,20 m€ com destaque para o investimento em restabelecimento de pavimentos (1.455,50 m€), na reabilitação da Rede Viária (939,80 m€), na reabilitação de piso a Betuminoso - Área Urbana (934,90 m€) e na construção do Prolongamento da Avenida da República até ao Mar - Outros Troços (662,23 m€).

Resta referir que nos primeiros nove meses de 2025, a despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 56,93%, observando-se um decréscimo de 2,88 p.p. face ao valor registado no final do 3º trimestre de 2024, que se situou nos 59,81%. Inversamente, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta um aumento de 0,94 p.p., passando de uma taxa de execução de 37,40% no final do 3º trimestre de 2024 para 38,34% no mesmo período do ano de 2025.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que nos primeiros nove meses de 2025 a taxa de execução perfez 50,77%, menos 1,87 p.p., comparativamente com os 52,64% atingidos em igual período de 2024.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de m.l.p.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2024	ORÇAMENTO INICIAL	30/09/2025 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	210 023,93	198 845,07	228 900,79
	B - Despesas correntes	170 008,94	184 942,79	214 998,51
	C - Saldo corrente (A-B)	40 014,99	13 902,28	13 902,28
	D - Amortização média dos EMLP	10 140,73	13 846,94	11 093,23
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	29 874,26	55,34	2 809,05
	F - Percentagem [A/(B+D)]	116,6%	100,0%	101,2%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2024 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Face ao referido articulado, e como se poderá verificar no quadro acima, no final do 3º trimestre de 2025, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

Alterações Orçamentais

Até final de setembro de 2025, realizaram-se 51 alterações orçamentais, das quais, 8 foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e setembro de 2025, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA					
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
01	IMPOSTOS DIRETOS	104 097,75 €	40 412,15 €	40 412,15 €	104 097,75 €
02	IMPOSTOS INDIRETOS				
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	7 103,42 €	0,00 €	0,00 €	7 103,42 €
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	7 130,75 €	0,00 €	0,00 €	7 130,75 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73 534,63 €	571,38 €	623,74 €	73 482,28 €
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 255,13 €	0,00 €	0,00 €	5 255,13 €
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 723,39 €	0,00 €	0,00 €	1 723,39 €
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	839,80 €	0,00 €	0,00 €	839,80 €
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	34 977,69 €	2 542,48 €	3 919,18 €	33 600,98 €
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	0,00 €	0,00 €	0,50 €
12	PASSIVOS FINANCEIROS	47 177,81 €	0,00 €	3 475,81 €	43 702,00 €
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 380,20 €	0,00 €	0,00 €	1 380,20 €
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 540,94 €	0,00 €	0,00 €	1 540,94 €
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00 €	41 530,04 €	0,00 €	41 530,04 €
Totais		284 762,01 €	85 056,05 €	48 430,88 €	321 387,19 €

(milhares de euros)

As alterações orçamentais à Receita, verificadas nos primeiros nove meses do ano, foram no sentido do seu reforço, tendo sido acrescidos 36.625,17 m€ face às Previsões Iniciais. De entre as variações ocorridas entre janeiro e setembro de 2025, é de destacar os seguintes registos:

- A integração do Saldo da Gerência Anterior (41.530,04 m€, dos quais 3.628,71 m€ relativos a receita consignada);
- Ao nível dos Impostos Diretos (Cl.Ec.01) verifica-se um valor de inscrições/reforços de igual montante às diminuições/anulações decorrente do ajustamento ao nível do Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas, o qual, em resultado do DL nº 48-A/2024, de 25/07 veio estabelecer uma mecanismo de compensação aos municípios pelas receitas cessantes em resultado da aplicação da isenção de IMT-Jovem, o que implicou o desdobramento da classificação orçamental deste receita entre IMT – Artº 14º Lei 73/2013 e IMT – Compensação DL 48-A/2024;
- Os valores registados em Transferências Correntes, até 30/09/2025, resultam de ajustamentos de diversos projetos com financiamento comunitário, a destacar o aumento do orçamento da Receita (e Despesa) motivado pela inclusão da candidatura

“CLDS 5G “Gaia Norte” e CLDS 5G “Gaia Sul”, que originou um aumento de 322,21 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06);

- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à retificação da fonte de financiamento da rubrica da “Construção do Centro de Saúde dos Carvalhos”, que originou a diminuição de 2.135,75 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10), e que constituiu o ajustamento mais relevante neste período;
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reformulação de encargos da candidatura “Requalificação da USF Valadares”, que originou o aumento de 100,00 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à desistência das candidaturas “Creche Municipal de Santo António, Grijó”, “Creche Municipal de Sá, Arcozelo”, “Creche Municipal da Seara, Oliveira do Douro”, “Centro de Saúde de Oliveira do Douro” e “Centro de Saúde de Grijó”, que originou a diminuição de 1.715,00 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido à antecipação de encargos da candidatura “Reabilitação e remodelação da Creche Municipal da Afurada – Intervenção no Piso 1”, que originou o aumento de 201,86 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10) e posterior reprogramação de encargos que originou uma diminuição da Receita (e Despesa) em Transferências de Capital (Cl.Ec.10) no valor de 68,21 m€;
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido à inclusão da candidatura “Execução de duas bacias de retenção na Ribeira de Santarém, recuperação de muros e margens da Ribeira”, que originou o aumento de 1.085,96 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido à inclusão da candidatura “Meios de prevenção e combate a incêndios rurais, apoio à decisão e equipamentos de proteção individual para Bombeiros”, que originou o aumento de 83,46 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06) e de 122,55 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos da empreitada “Ampliação da Unidade de Saúde de Valadares - Nova Via”, que originou a diminuição de 203,58 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido à antecipação de encargos da empreitada “Remodelação Interior – Unidade de Saúde Familiar Barão do Corvo”, que originou a diminuição de 50 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido às adendas dos termos de aceitação, de diversas candidaturas, de cada uma das operações individuais no âmbito

da reprogramação do plano de ação das Comunidades Desfavorecidas, o que originou um aumento de 649,35 m€ em Transferências correntes (Cl.Ec.06) e um aumento de 47,10 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);

- Ajustamento do orçamento da Receita (e Despesa), devido às adendas dos termos de aceitação, de diversas candidaturas, de cada uma das operações em parceria com o Município de Espinho, no âmbito da reprogramação do plano de ação das Comunidades Desfavorecidas, o que originou uma diminuição de 1.138,30 m€ em Transferências correntes (Cl.Ec.06) e um aumento de 1.221,14 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos dos procedimentos “Ginásio Escolar do Meiral”, que originou a diminuição de 1.163,97 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos do procedimento “Teatro Almeida Sousa, Avintes”, que originou a diminuição de 551,97 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido ao valor da adjudicação ser inferior ao valor que estava previsto no empréstimo do procedimento “Unidade de Execução da área envolvente ao novo campo de jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares”, que originou a diminuição de 137,14 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos, face ao que estava previsto no empréstimo referente ao procedimento “Construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso”, que originou a diminuição de 1.134,20 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos, face ao que estava previsto no empréstimo referente à empreitada “Pavilhão Municipal de Olival”, que originou a diminuição de 282,84 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos, face ao que estava previsto no empréstimo referente à empreitada “Ampliação – Reabilitação do Edifício do Plano Centenário da Escola Básica de Matosinhos, São Félix da Marinha”, que originou a diminuição de 205,69 m€ e Passivos Financeiros (Cl.Ec.12).

DOTAÇÕES DA DESPESA					
CL. ECON.	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	DESPESAS COM O PESSOAL	87 166,23 €	16 473,28 €	9 732,50 €	93 907,01 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	65 347,73 €	19 568,25 €	11 350,65 €	73 565,33 €
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	3 816,88 €	236,90 €	266,60 €	3 787,18 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 683,10 €	13 807,60 €	2 761,30 €	23 729,40 €
05	SUBSÍDIOS	14 107,27 €	351,80 €	250,00 €	14 209,07 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 821,59 €	4 202,83 €	223,90 €	5 800,52 €
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	86 687,73 €	25 880,81 €	24 509,75 €	88 058,79 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 583,98 €	5 563,50 €	586,10 €	7 561,38 €
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	- €	- €	0,50 €
10	PASSIVOS FINANCEIROS	10 446,71 €	338,60 €	17,60 €	10 767,71 €
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,30 €	- €	100,00 €	0,30 €
Totais		284 762,01 €	86 423,58 €	49 798,40 €	321 387,19 €

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, durante os primeiros nove meses de 2025, verificou-se um total de 86.423,58 m€ de inscrições/reforços e de 49.798,40 m€ de diminuições/anulações.

As contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e as Transferências Correntes (Cl.Ec.04), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 3º trimestre, de 73.565,33 m€ e de 23.729,40 m€, respetivamente. Foram, deste modo, e no que a despesas correntes diz respeito, as que registaram maiores variações em termos absolutos, no período em análise, com mais 8.217,60 m€ e mais 11.046,30 m€, respetivamente, isto face à Dotação Inicial.

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a sua variação resulta do aumento verificado ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 8.443,37 m€ acrescidos à dotação inicial, que compensou a diminuição registada ao nível da aquisição de bens (menos 225,77 m€ face à dotação inicial). De entre estes reforços nas rubricas de serviços, destacam-se as verbas destinadas a “Outros serviços” (mais 3.071,65 m€), a “Encargos de cobrança de receitas” (mais 1.418,20 m€) e a “Encargos de instalações” (mais 1.409,20 m€).

Relativamente às Transferências Correntes, o maior reforço, em termos absolutos, verificou-se nas transferências destinadas às “Instituições sem fins lucrativos”, com mais 4.785,40 m€, passou de uma dotação inicial de 5.603,66 m€ para uma dotação corrigida no final do 3º trimestre de 10.389,06 m€. As transferências para as Famílias também registaram um incremento significativo, variando dos 972,82 m€ de dotação inicial, para uma dotação corrigida a 30/09/2025 de 4.428,52 m€ (mais 3.455,70 m€).

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir que as Despesas com o Pessoal (Cl.Ec.01) são as que apresentam a maior dotação corrigida, com 93.907,01 m€ e uma variação de 8% face à dotação inicial.

No que concerne a despesas de capital, a rubrica de Transferências de Capital (Cl.Ec.08) com uma Dotação Corrigida a 30/09/2025 de 7.561,38 m€, acumula até ao final do 3º trimestre, a maior variação em termos absolutos, registando mais 4.977,40 m€ face à Dotação Inicial, sendo 3.824,70 m€ para reforço da rubrica de transferências para Instituições sem Fins Lucrativos e 1.152,70 m€ para as Freguesias

As Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07), no período de janeiro a setembro de 2025 registam um acréscimo de 1.371,06 m€, passando de uma Dotação Inicial de 86.687,73 m€ para uma Dotação Corrigida de 88.058,79 m€. A contribuir mais significativamente para esta variação temos o aumento na reparação e beneficiação de habitações (mais 2.589,15 m€).

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 3º trimestre de 2025 ascenderam a 157.643,76 m€, o que representa um acréscimo de 11% em relação a idêntico período de 2024. De referir que estes valores contemplam os Gastos de Depreciações e Amortizações dos meses de janeiro a agosto de 2025, enquanto 2024 engloba os nove meses dos referidos gastos.

A decomposição dos Gastos e Perdas no final do 3º trimestre foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	141 684,45	100%	157 643,76	100%	15 959,31	11%
60	Transferências e subsídios concedidos	28 401,56	20%	34 736,11	22%	6 334,55	22%
61	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	1 169,26	1%	1 092,17	1%	-77,10	-7%
62	Fornecimentos e serviços externos	34 292,57	24%	35 130,88	22%	838,31	2%
63	Gastos com o pessoal	46 451,24	33%	49 508,61	31%	3 057,37	7%
64	Gastos de depreciação e de amortização	23 221,50	16%	23 000,82	15%	-220,69	-1%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	5 895,95	4%	12 430,47	8%	6 534,52	111%
69	Gastos por juros e outros encargos	2 252,37	2%	1 744,72	1%	-507,66	-23%

milhares de euros

Os gastos mais significativos foram os Gastos com o Pessoal com um total de 49.508,61 m€, seguindo-se os Fornecimentos e Serviços Externos que somam 35.130,88 m€ e as Transferências e subsídios concedidos com um valor absoluto de 34.736,11 m€. Os Gastos com o Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos e as Transferências e subsídios concedidos registam aumentos, de 3.057,37 m€, 838,31 m€ e 6.334,55 m€, respetivamente.

Efetuada uma análise das componentes de Gastos com Pessoal verifica-se que as variações mais relevantes se registaram ao nível das Remunerações do Pessoal (mais 2.750,96 m€), nas quais se incluem a atualização de tabelas remuneratórias e as medidas de aceleração do

desenvolvimento das carreiras da função pública, e as quais explicam a evolução destes valores no final do 3º trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
63	Gastos com o pessoal	46 451,24	100%	49 508,61	100%	3 057,37	7%
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	907,11	2%	942,29	2%	35,18	4%
63.2	Remunerações do pessoal	37 158,30	80%	39 909,26	81%	2 750,96	7%
63.4	Indemnizações	161,91	0%	155,16	0%	-6,76	-4%
63.5	Encargos sobre remunerações	7 287,98	16%	7 540,16	15%	252,18	3%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	686,30	1%	772,66	2%	86,36	13%
63.8	Outros gastos com o pessoal	30,57	0%	9,97	0%	-20,61	-67%
63.9	Outros encargos sociais	219,06	0%	179,11	0%	-39,95	-18%

milhares de euros

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, que a 30 de setembro de 2025, perfazem o valor de 35.130,88 m€ e, entre os gastos mais relevantes, temos os Subcontratos e Parcerias (17%), os Outros Serviços (21%) e a Eletricidade (10%).

O quadro abaixo mostra o total de gastos desta rubrica e o valor, peso relativo e variação de algumas das rubricas mais relevantes de Fornecimentos e Serviços Externos:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	34 292,57	100%	35 130,88	100%	838,31	2%
62.1	Subcontratos e parcerias	6 708,43	20%	6 068,52	17%	-639,91	-10%
62.2.1.6	Organização de eventos	897,66	3%	1 742,61	5%	844,95	94%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	944,83	3%	870,39	2%	-74,44	-8%
62.2.3	Vigilância e segurança	1 881,15	5%	2 143,23	6%	262,08	14%
62.2.5	Comissões	1 588,78	5%	2 061,71	6%	472,93	30%
62.2.6	Conservação e reparação	1 635,91	5%	2 106,24	6%	470,33	29%
62.4.1	Eletricidade	3 844,61	11%	3 534,35	10%	-310,26	-8%
62.4.1.1	Iluminação Pública	1 160,11	3%	1 091,42	3%	-68,69	-6%
62.4.1.2	Instalações Municipais	2 682,79	8%	2 433,53	7%	-249,26	-9%
62.6.1	Rendas e alugueres	3 390,97	10%	2 179,66	6%	-1 211,31	-36%
62.6.3	Seguros	560,39	2%	1 205,49	3%	645,11	115%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	1 370,98	4%	1 550,50	4%	179,52	13%
62.6.9	Outros serviços	8 175,87	24%	7 248,33	21%	-927,54	-11%

milhares de euros

Da análise do quadro acima, é possível destacar as rubricas que apresentaram maiores aumentos, em termos absolutos, comparativamente com os valores registados a 30/09/2024, nomeadamente: Organização de eventos (mais 844,95 m€), Seguros (mais 645,11 m€), Comissões (mais 472,93 m€) e Conservação e reparação (mais 470,33 m€), e Vigilância e Segurança (mais 262,08 m€).

O aumento do valor de Organização de eventos de 897,66 m€ para 1.742,61 m€ é explicado pelo aumento dos gastos com a realização de vários concertos e espetáculos, com destaque para o concerto da Gala de abertura da Gaia Capital Nacional de Juventude, para o concerto inaugural do Pavilhão Nelson Mandela, para os Concertos e espetáculos de interrupção letiva da Páscoa, para espetáculos exclusivos da Casa da Música 2025 – “Arrábida Sinfónica”, para o

espetáculos dos Harlem Globetrotters e para eventos, como a “Feira de Páscoa”, a Mostra de Oferta Educativa e Formativa do Concelho ou “Marchas de S. João - Edição 2025”.

No caso dos Seguros, estes agregam gastos relativos a diversos tipos de apólices, que totalizaram 560,39 m€ nos primeiros nove meses de 2024 e 1.205,49 m€ em idêntico período de 2025, sendo os mais significativos, os seguros de responsabilidade civil e os seguros multiriscos de edifícios e conteúdos diversos (os quais incluem as áreas da saúde e educação), com verbas relativas ao 4º trimestre já contabilizadas até 30 de setembro de 2025.

Os gastos com Comissões, respeitam a comissões de cobrança de impostos e taxas, e apresentam a 30 de setembro de 2024 um valor total de 1.588,78 m€ e a 30 de setembro de 2025 de 2.061,61€, um incremento de 472,93€.

A rubrica de gastos em Conservação e Reparação subiu dos 1.635,91 m€ registados a 30/09/2024, para os 2.106,24 m€ a 30/09/2025. Este aumento ocorreu essencialmente ao nível da conservação e reparação de ativos fixos (mais 336,65 m€) e, de entre os ativos fixos, destacam-se os aumentos ao nível dos Outros Ativos Fixos (mais 222,64 m€). O montante de gastos de conservação e reparação de Outros ativos fixos totaliza a 30/09/2025 344,44 m€, dos quais se destaca as imputações a gastos relativas a marcações rodoviárias em vários locais do concelho e a intervenções nas áreas de infraestruturas, instalações elétricas e de climatização. Outros gastos de conservação e reparação relevantes ocorreram ao nível dos espaços verdes, com um aumento de 163,90 m€, passando de 70,09 m€ nos primeiros nove meses de 2024 para 233,99 m€ no mesmo período de 2025. Este aumento deveu-se à imputação a gastos de diversos projetos de requalificação de diversos espaços verdes, como o Jardim do Centro Cívico e o Jardim Soares dos Reis, do Parque da Rua das Pedreiras – Madalena e ajardinamento da Obra de requalificação da Frente Fluvial do Rio Douro no Areinho – Avintes.

Por fim, os gastos com Vigilância e Segurança passaram de 1.881,14 m€ no final do 3º trimestre de 2024, para 2.143,23 m€ no período homólogo de 2025.

Com sentido inverso, há a assinalar a diminuição dos gastos com Rendas e Alugueres, que passaram de 3.390,97 m€ no final do 3º trimestre de 2024, para 2.179,66 m€ em igual período de 2025. Esta diminuição de 1.211,31 m€ é explicada, essencialmente, pela extinção do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro a quem eram devidas rendas de imóveis como o Edifício dos Bombeiros Sapadores, o Edifício das Oficinas Gerais, o Parque da Aguda, entre outros. De acordo com a escritura de Dissolução e Liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro, a 30/07/2024, foram adjudicados ao Município, a totalidade dos imóveis que o constituíam, pelo valor global de 20.461.750,00€, justificando a

redução em 1.174,73 m€ do valor de rendas e alugueres de Edifícios, que passaram de 2.067,09 m€ a 30/09/2024 para 892,35 m€ a 30/09/2025.

Numa análise mais pormenorizada das Transferências e Subsídios concedidos, verifica-se que, no final do 3º trimestre de 2025, estas têm um peso de 22% no total dos gastos, e ascendem a 34.736,11 m€, sendo a sua distribuição detalhada no quadro seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	28 401,56	100%	34 736,11	100%	6 334,55	22%
60.1	Transferências correntes concedidas	14 664,70	52%	15 081,02	43%	416,32	3%
	Estado	1 821,68	6%	1 980,60	6%	158,93	9%
	Freguesias	3 103,13	11%	3 081,56	9%	-21,57	-1%
	Famílias	610,28	2%	1 472,66	4%	862,38	141%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	234,00	1%	295,00	1%	61,00	26%
	Outros	8 895,62	31%	8 251,19	24%	-644,42	-7%
60.2	Subsídios correntes concedidos	11 526,39	41%	13 979,99	40%	2 453,61	21%
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 600,00	23%	6 600,00	19%	0,00	0%
	Gaiurb, EM	3 000,00	11%	3 000,00	9%	0,00	0%
	STCP - Soc. de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1 926,39	7%	4 379,99	13%	2 453,61	-
60.4	Transferências de capital concedidas	2 208,06	8%	5 675,09	16%	3 467,03	157%
	Estado	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Associações de Municípios	0,00	0%	250,60	0%	250,60	0%
	Freguesias	231,78	1%	1 336,56	4%	1 104,79	477%
	Instituições sem Fins Lucrativos	1 976,29	7%	4 087,93	12%	2 111,64	107%
60.6	Transferências para cobertura de prejuízos	2,40	0%	0,00	0%	-2,40	-

milhares de euros

As Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 6.334,55 m€ nos primeiros nove meses de 2025, face ao mesmo período de 2024, espelhando o aumento generalizado das suas componentes: as Transferências de Capital registam mais 3.467,03 m€, os Subsídios Correntes Concedidos aumentaram 2.453,61 m€ e as Transferências Correntes revelam um acréscimo de 416,32 m€, em relação ao período homólogo.

As Transferências de Capital, no final do 3º trimestre de 2025 totalizam 5.675,09 m€, o que corresponde a um incremento de 3.467,03 m€, face a idêntico período de 2024. Esta variação resulta, essencialmente no aumento das transferências para Instituições sem Fins Lucrativos (mais 2.111,64 m€), a que se juntou o aumento das transferências para as Freguesias (mais 1.104,79 m€) e o aumento das transferências para Associações de Municípios, mais concretamente, 250,60 m€ destinados à criação da empresa metropolitana de transportes da AMP - constituição do Capital Social. As transferências de capital para as Freguesias, com um valor a 30/09/2025 de 1.336,56 m€, englobam diversos contratos interadministrativos de delegação de competências e acordos de cooperação com as diversas freguesias, com destaque para os seguintes:

- Contrato interadministrativo de delegação de competências com a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso no valor de 196,86 m€, tendo em vista a realização de diversas obras;
- Contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Arcozelo no valor de 200,00 m€, tendo em vista o apoio financeiro à promoção e execução dos trabalhos nas vias;
- Contrato interadministrativo de delegação de competências com a União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares no valor de 175,51 m€ destinados à requalificação do relvado do Estádio do Complexo Desportivo de Gulpilhares;
- Contrato interadministrativo de delegação de competências com a União de Freguesias de Grijó e Sermonde no valor de 140,96 m€ destinados a obras no Pavilhão Dr. Manuel Ramos (II fase);
- Acordo de colaboração no valor de União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso para apoio para obras de construção de Capela Mortuária (Vilar de Paraíso) no valor de 150,00 m€);
- Acordo de colaboração com a Junta de Freguesia de Sermonde no valor 150,00 m€ para apoio destinado às obras de reabilitação da Junta de Freguesia de Sermonde.

A variação registada ao nível dos Subsídios é motivada pelos gastos decorrentes do Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela S.T.C.P., E.I.M., S.A. que, para o ano de 2025, a estimativa de montante máximo de transferência financeira anual a cargo do Município de Vila Nova de Gaia foi de 4.379,99 m€ - valor contabilizado logo no 1º trimestre do ano. No ano anterior, esse valor foi 2.537,19 m€, dividido pelos 4 trimestre de 2024 o que resultou num gasto de 1.926,39 m€ no fim do 3º trimestre de 2024.

As Transferências Correntes registam nos primeiros nove meses de 2025 um acréscimo de 416,32 m€, face ao valor registado em idêntico período do ano anterior, que resulta, essencialmente do aumento registado nas transferências correntes:

- Para o Estado – registam, a 30/09/2025, mais 158,93 m€ do que o valor registado a 30/09/2024, e um valor total de gasto de 1.980,60 m€, dos quais 1.930,85 m€ resultam da delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara nos Diretores de AE e ENA no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para o ano 2025;
- Para as Famílias – totalizam 1.472,66€ m€ no final do 3º trimestre de 2025, mais 862,38 m€ face ao valor registado no mesmo período de 2024, e inclui diversos apoios como sejam: apoios no âmbito da Transferência de competências no domínio da ação

social, apoio económico e emergência social, Programa Municipal Gaia Cuidador, apoio ao arrendamento, atribuição de Cheque-Oferta, Protocolo celebrado entre os TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e o Município de Vila Nova de Gaia – Passe Andante Municipal Viver Gaia+65,.

Inversamente, as Outras Transferências Correntes, apresentam uma diminuição de 644,42 m€, variação essencialmente explicada pelas transferências ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) - Passe Único, que no final do 3º trimestre de 2024 totalizaram 1.655,54 m€. Também as transferências correntes para as Freguesias, que ascendem a 30/09/2025 3.081,56 m€, apresentam uma ligeira diminuição de 21,57 m€, face aos 3.103,13 m€ verificados em igual período de 2024.

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos, no final do 3º trimestre de 2025, totalizaram 174.268,21 m€, apresentando um aumento de 45.211,24 m€, face ao idêntico período do ano anterior.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	129 056,97	100%	174 268,21	100%	45 211,24	35%
70	Impostos, contribuições e taxas	62 845,67	49%	103 071,05	59%	40 225,38	64%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
72	Prestações de serviços e concessões	4 103,20	3%	4 207,40	2%	104,20	3%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	53 851,01	42%	53 154,90	31%	-696,11	-1%
76	Reversões	2,45	0%	7 170,93	4%	7 168,48	292188%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	7 793,72	6%	6 149,19	4%	-1 644,53	-21%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	460,92	0%	514,73	0%	53,81	12%

milhares de euros

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 90% do total de rendimentos do 3º trimestre, divididos entre 59% de Impostos, Contribuições e Taxas e 31% de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos. Em igual período de 2024, esse peso era exatamente o mesmo, embora com distribuição diferente: 49% de Impostos, Contribuições e Taxas e 42% de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.

As referidas rubricas, face a 2024, registaram variações em sentidos opostos, com 64% de aumento na rubrica Impostos, Contribuições e Taxas e 1% de diminuição na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.

Os Outros rendimentos foram a outra rubrica com uma variação negativa face ao 3º trimestre de 2024: menos 21%, passou de 7.793,72 m€ a 30/09/2024 para 6.149,19 m€ no final de setembro de 2025. Esta variação é justificada, sobretudo, pelos movimentos de correções

relativas a períodos anteriores que, no final de setembro de 2025, totalizava 364,01 m€, menos 1.101,23 m€ do que a 30/09/2024.

As demais rubricas que compõem os Rendimentos registaram, no final do 3º trimestre de 2025, variações positivas face a igual período de 2024: o Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares tiveram um aumento de 12%, passando de 460,92 m€ para 514,73 m€ e as Prestações de Serviços e Concessões tiveram um incremento (mais ligeiro) de 3%, dos 4.103,20 m€ para 4.207,40 m€ (um aumento de 104,20 m€ entre 2024 e 2025).

A rubrica de Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares, pese embora, com um peso diminuto no total dos rendimentos, registou um aumento significativo motivado pelo incremento de 236,44 m€ dos Juros Obtidos (os Dividendos Obtidos e os Outros Rendimentos Similares tiveram variações negativas de 74,39 m€ e 108,24 m€, respetivamente).

Há ainda a referir, neste 3º trimestre, a variação verificada ao nível das reversões, que registou, no final de setembro de 2025, o valor de 7.170,93 m€. Este é explicado, essencialmente, pelo desconhecimento da dívida da entidade Infraestruturas de Portugal, S.A. (antiga EP-Inst. Estradas Portugal/Inst.Cons.Explor.Red. Rod.), e consequente reversão da respetiva provisão no valor de 7.156,61 m€, devido à sentença desfavorável no âmbito do processo judicial encetado pelo Município em 2017. Este movimento teve também reflexo ao nível dos gastos e perdas do período, pelo que o seu efeito na demonstração dos resultados é inócuo. O valor remanescente de 14,32 m€ refere-se a reversões de depreciações e de amortizações de Ativos Fixos Tangíveis e de Ativos Intangíveis.

No quadro seguinte é efetuada uma análise detalhada à rubrica de Impostos, contribuições e taxas:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	62 845,67	100%	103 071,05	100%	40 225,38	64%
70.1	Impostos diretos	24 440,76	39%	33 848,85	33%	9 408,09	38%
	Derrama	9 036,04	14%	9 007,98	9%	-28,06	0%
	Imposto municipal sobre imóveis	7 492,36	12%	16 731,22	16%	9 238,86	123%
	Imposto único de circulação	7 900,28	13%	8 107,78	8%	207,50	3%
	Contribuição Autárquica (CA)	12,08	0%	1,87	0%	-10,21	-85%
70.2	Impostos indiretos	28 168,58	45%	46 706,29	45%	18 537,71	66%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	28 168,58	45%	46 706,29	45%	18 537,71	66%
70.4	Taxas, multas e outras penalidades	10 236,33	16%	22 515,91	22%	12 279,58	120%
	Taxas	9,37	0%	8,50	0%	-0,87	-9%
	Taxas específicas das autarquias locais	9 381,35	15%	21 795,59	21%	12 414,24	132%
	Multas e outras penalidades	845,61	1%	711,83	1%	-133,78	-16%

milhares de euros

Analizadas a globalidade dos Impostos, Contribuições e Taxas, no final do 3º trimestre de 2025 constata-se um crescimento na ordem dos 64%, o que corresponde a mais 40.225,38 m€ face a idêntico período do ano de 2024.

Nos Impostos Diretos, nos primeiros nove meses de 2025, verificou-se um aumento da receita cobrada de 9.408,09 m€ (passou de 24.440,76 m€ para 33.848,85 m€), com um aumento no IMI (+9.238,86 m€) e do IUC (+ 207,50 m€). A Derrama regista um ligeiro decréscimo de 28,06 m€, dos 9.036,04 m€ a 30/09/2024, para 9.007,98 m€ a 30/09/2025. A Contribuição Autárquica também regista um ligeiro decréscimo de 10,21 m€, contudo, este é um tributo residual.

Ao nível dos Impostos Indiretos, a receita cobrada corresponde na totalidade a IMT, e no final do 3º trimestre de 2025, representa o maior volume de receita arrecadada de Impostos, Contribuições e Taxas, com 46.706,29 m€ e um crescimento de 18.537,71 m€ face a igual período de 2024. Este montante de rendimentos de IMT contabilizado até 30/09/2025 engloba:

- o IMT, referente aos meses de janeiro a agosto, no valor de 45.082,86 m€ (o valor registado no período homólogo de 2024 foi de 28.168,58 m€); e
- o montante de 1.623,43 m€ de IMT Jovem relativo aos meses de janeiro a março (compensação prevista nos termos do DL 48-A/2024 a vigorar deste agosto de 2024).

Ainda assim, efetuando a comparação dos rendimentos de IMT de janeiro a setembro de 2025 face ao mesmo período de 2024, verifica-se uma variação positiva de 60%, que resultou em mais 16.914,28 m€.

As Taxas, multas e outras penalidades, no 3º trimestre de 2025 correspondem ao segundo maior agregado a contribuir para o volume de receita arrecadada, com 22.515,91 m€, um expressivo crescimento de 12.279,58 m€ face ao montante arrecadado no 3º trimestre de 2024. Esta evolução resulta do significativo aumento nas Taxas específicas das autarquias locais que passou de 9.381,35 m€ a 30/09/2024 para 21.795,59 m€ a 30/09/2025. De entre as Taxas específicas da Autarquia, tiveram especial relevância, em termos de rendimentos até 30/09/2025, as Taxas de Ocupação da via pública que totalizam 19.101,96 m€, um acréscimo de 11.732,72 m€ face ao valor registado no período homólogo de 2024, explicado essencialmente pelo montante arrecadado relativo à empreitada de execução da linha de metro Rubi, que em termos de rendimento registado que, até 30/09/2025, totalizou 16.826,97 m€.

As Transferências e subsídios correntes obtidos, nos nove primeiros meses de 2025, ascendem a 53.154,90 m€, uma ligeira diminuição de 696,11 m€ face ao período homólogo de 2024. Esta variação pode ser desagregada da seguinte forma:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	53 851,01	100%	53 154,90	100%	-696,11	-1%
75.1.1.1	Estado	53 302,41	99%	51 066,14	96%	-2 236,26	-4%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	7 267,55	13%	7 025,54	13%	-242,02	-3%
	Fundo Social Municipal (FSM)	5 556,88	10%	6 231,11	12%	674,23	12%
	Participação no IRS	13 334,39	25%	8 888,84	17%	-4 445,55	-33%
	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	22 504,61	42%	23 118,46	43%	613,86	3%
	Participação do IVA	1 765,76	3%	1 378,55	3%	-387,22	-22%
	Direção Regional de Educação Norte	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Outros	97,02	0%	72,48	0%	-24,54	-25%
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	2 776,19	5%	4 351,17	8%	1 574,98	57%
75.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos	170,80	0%	260,03	0%	89,22	52%
	Instituto Nacional de Emergência Médica	64,30	0%	113,16	0%	48,85	76%
	Serviço Nacional Bombeiros e Protecção Civil	26,78	0%	24,46	0%	-2,32	-9%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	79,72	0%	122,41	0%	42,69	54%
75.1.1.3	Administração Local	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Municípios	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75.1.4	Resto do Mundo	377,80	1%	1 828,73	3%	1 450,93	384%
	Outras	377,80	1%	1 828,73	3%	1 450,93	384%

milhares de euros

No cômputo geral das transferências correntes do Estado, verifica-se uma diminuição de 2.236,26 m€, que resulta essencialmente da diminuição de 4.445,55 m€ registada ao nível da Participação no IRS, a 30/09/2024 o montante arrecadado totalizou 13.334,39 m€ e a 30/09/2025 ficou-se pelos 8.888,84 m€. Esta variação reflete o impacto da decisão do Município em reduzir a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho para os 2,5% para os rendimentos do ano de 2024 (anteriormente esta taxa era de 4%). De referir ainda que também as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e da Participação do IVA registam diminuições, de 242,02 m€ e 387,22 m€, respetivamente. Inversamente, as transferências relativas ao Fundo Social Municipal e os valores recebidos ao abrigo da transferência de competências, registam um acréscimo 674,23 m€ e de 613,86€, respetivamente, face ao 3º trimestre de 2024. As verbas recebidas no âmbito da transferência de competências, a 30/09/2025, totalizaram 23.118,46 m€ e abarcam transferências na área da educação (18.099,16 m€), da saúde (3.123,16 m€) e da ação social (1.896,14 m€).

À semelhança do que aconteceu em 2024, no ano de 2025 os municípios puderam receber transferências do Estado ao abrigo do Art.º 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013 como componente corrente da receita que, no caso de Município de Gaia, representou até 30/09/2025 um rendimento de 4.351,17 m€, o que corresponde a um aumento de 1.574,98 m€ face ao valor recebido em idêntico período do ano anterior.

Em síntese, neste 3º trimestre de 2025, quando comparado com igual período de 2024, o Município regista um aumento, quer nos Gastos, quer nos Rendimentos, embora este aumento tenha acontecido a ritmos diferentes: enquanto os Gastos registaram uma variação de 11%, os Rendimentos tiveram um incremento na ordem dos 35%.

Análise das rubricas de Investimentos

Os Investimentos, no final de setembro de 2025, registaram um aumento de 2% em termos globais, registando um total de 1.002.566,57 m€, mais 21.337,03 m€ face ao período homólogo de 2024. O quadro abaixo desagrega esse total por componentes de Investimento, comparando o terceiro trimestre de 2024 e de 2025:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	981 229,54	100%	1 002 566,57	100%	21 337,03	2%
41	Investimentos financeiros	134 986,76	14%	116 619,43	12%	-18 367,33	-14%
42	Propriedades de investimento	19 564,25	2%	21 641,02	2%	2 076,78	11%
43	Ativos fixos tangíveis	768 207,85	78%	803 893,39	80%	35 685,54	5%
44	Ativos intangíveis	967,76	0%	1 337,55	0%	369,79	38%
45	Investimentos em curso	57 502,92	6%	59 075,18	6%	1 572,26	3%

(valores após depreciações e amortizações) (milhares de euros)

Este aumento verificou-se de forma mais expressiva ao nível dos Ativos Fixos Tangíveis, que totalizam no final do 3º trimestre de 2025 o valor de 803.893,39 m€, mais 35.685,54 m€ do que em igual período de 2024. Os Investimentos Financeiros registaram um decréscimo de 18.367,33 m€, para os 116.619,43 m€, e os Investimentos em Curso somaram mais 1.572,26 m€ ao valor de 57.502,92 m€ do terceiro trimestre de 2024.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público, que no final do 3º trimestre de 2025 totalizam 397.422,76 m€, representam 49% dos Ativos Fixos Tangíveis e 40% do total de Investimentos. Os Edifícios e outras Construções, com o valor de 272.194,88 m€, são outra componente importante dos Ativos Fixos Tangíveis. De referir que, até à data de recolha dos elementos que servem de base à presente análise, estavam apuradas as amortizações e depreciações dos meses de janeiro a agosto de 2025, motivo pelo qual, a comparabilidade com o período homólogo de 2024 não é linear.

Os Investimentos em Curso apresentam um acréscimo de 1.572,26 m€, passando dos 57.502,92 m€ do 3º trimestre de 2024, para os 59.075,18 m€ do 3º trimestre de 2025. Esta variação decorre essencialmente da rubrica de Edifícios e Outras Construções, que registou um aumento de 4% face ao período homólogo, totalizando 54.733,67 m€ no final deste período, podendo referir como obras importantes o Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão (2.623,63 m€) e a construção da nova Piscina de Maravedi (2.561,22 m€).

As variações ao nível dos Investimentos Financeiros (menos 18.367,33 m€), resultam dos ajustamentos efetuados no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial, com base nos elementos de prestação de contas fornecidos pelas entidades relativos a 2024. Contudo, o movimento mais relevante foi o desreconhecimento da participação do Município no Fundo de

Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro, no valor de 20.461,75 m€, motivado pela dissolução e liquidação desta entidade.

Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os valores apurados para o 3º trimestre de 2025 bastante semelhantes aos do período homólogo de 2024.

INDICADORES	30/09/2024	30/09/2025
Ativo Corrente / Ativo Total	10%	14%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	16%	16%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	84%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	201%	358%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	525%	537%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	16%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	941%	601%
Investimentos / Ativo Total	90%	86%

O indicador da Autonomia Financeira não sofreu qualquer alteração entre os períodos em análise: 84% dos Ativos do Município são financiados pelo Património Líquido. O mesmo se verifica com o Endividamento que, no final do 3º trimestre de 2025 (tal como em igual período de 2024) situa-se nos 16%.

Podemos confirmar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada, sendo o seu Património Líquido 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 358% a 30/09/2025, e um acréscimo de 157 p.p. face ao período homólogo do ano anterior, isto porque, regista-se um aumento de cerca de 84% nos meios financeiros líquidos (de 48.979,55 m€ em setembro de 2024, para 90.349,77 m€ em igual período de 2025). O Passivo Corrente também regista em aumento na ordem dos 4%, de 24.355,50 m€ em 2024, para 25.253,61 m€ em 2025.

Embora com um ligeiro aumento no valor dos Investimentos (mais 2%), o peso deste agregado no Ativo Corrente diminuiu para 601% por força da variação mais pronunciada do Ativo Corrente (mais 60% em setembro de 2025, face a igual período de 2024).

Contabilidade de Gestão

A Norma Contabilística Pública nº 27 tem como objetivo *“estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.”*

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A contabilidade de gestão do Município assenta no plano de contas proposto pela NCP 27, o qual, partindo de uma reclassificação dos gastos por natureza (contabilidade financeira), para gastos por objeto de custeio (contabilidade de gestão), permite o apuramento dos custos por departamento, função, atividade, bem, serviço, etc.

Optou-se pela utilização do sistema de custeio baseado no cálculo dos gastos por funções.

Neste sentido, o valor total de gastos no 3º trimestre de 2025 foi de 157.643,76 m€, mais 15.959,31 m€ face ao valor registado no 3º trimestre de 2024 que totalizou 141.684,45 m€, e encontra-se desagregado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	30/09/2024		30/09/2025		VAR. (€)	VAR. %
	Valor (€)	%	Valor (€)	%		
Funções Gerais	46 060,33	33%	46 651,35	30%	591,02	1%
Serviços Gerais de Administração Pública	39 161,26	28%	39 264,58	25%	103,32	0%
Segurança e Ordem Públicas	6 899,07	5%	7 386,77	5%	487,70	7%
Funções Sociais	61 270,42	43%	69 812,24	44%	8 541,82	14%
Educação	36 303,25	26%	35 990,53	23%	-312,71	-1%
Saúde	2 869,91	2%	3 039,60	2%	169,69	6%
Ação Social	6 789,05	5%	7 582,27	5%	793,22	12%
Habituação e Serviços Coletivos	6 439,62	5%	6 682,71	4%	243,09	4%
Serviços Culturais, Desportivos e Recreativos	8 868,58	6%	16 517,12	10%	7 648,54	86%
Funções Económicas	20 162,31	14%	22 619,53	14%	2 457,22	12%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,24	0%	0,18	0%	-0,05	-23%
Indústria e Energia	2 097,83	1%	4 277,74	3%	2 179,91	104%
Transportes e Comunicações	17 590,85	12%	17 934,03	11%	343,18	2%
Comércio e Turismo	203,11	0%	203,27	0%	0,16	0%
Outras Funções Económicas	270,28	0%	204,31	0%	-65,97	-24%
Outras Funções	14 191,40	10%	18 560,64	12%	4 369,25	31%
Operações da Dívida Autárquica	2 449,21	2%	1 973,01	1%	-476,20	-19%
Transferências entre Administrações	3 614,81	3%	10 795,26	7%	7 180,45	199%
Projetos Financiados	5,18	0%	340,06	0%	334,88	6462%
Encargos com Cobrança de Impostos	1 569,49	1%	2 163,20	1%	593,71	38%
Diversas Não Especificadas	6 552,71	5%	3 289,12	2%	-3 263,59	-50%
TOTAL	141 684,45	100%	157 643,76	100%	15 959,31	11%

milhares de euros

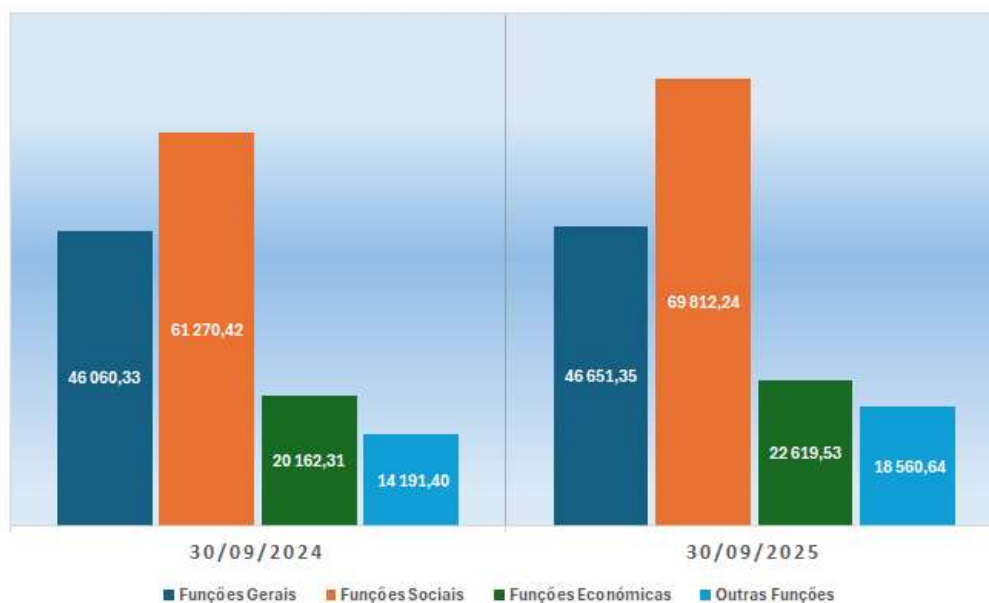
De acordo com o quadro anterior, verifica-se que as Funções Gerais no 3º trimestre de 2025 apresentam um peso de 30% do total dos gastos, correspondente a 46.651,35 m€, mais 591,02 m€ do que o valor registado no 3º trimestre de 2024 (que foi na ordem dos 46.060,33 m€). Este grupo integra os Serviços Gerais de Administração Pública e a Segurança e Ordem Pública.

As Funções Sociais, a 30/09/2025, representam 69.812,24 m€, correspondendo a um peso de 44% dos gastos do Município, mais 8.541,82 m€ do que o valor registado a 30/09/2024 de 61.270,42 m€. A rubrica da Educação no 3º trimestre 2025 contribui com a maior fatia do total dos gastos desta área de intervenção, com 52% e um valor absoluto 35.990,53 m€, menos 312,71 m€ face a idêntico período do ano anterior. Os Gastos com os Serviços Culturais, Recreativos, Desportivos e Recreativos a 30/09/2025 abrangem 10% do total dos gastos e registam 16.517,12 m€, seguidos dos Gastos com Ação Social, com 5% do total dos gastos e um montante de 7.582,27 m€.

De referir ainda que se encontram incluídos nas Funções Sociais os gastos relativos à Transferência de Competências que o Município assumiu, progressivamente desde 2022 como sejam, nomeadamente a Educação (concretizada em abril de 2022), a Ação Social (realizada em dezembro de 2022) e a Saúde (que ocorreu em outubro de 2023).

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que, no 3º trimestre de 2025, somam 22.619,53 m€, dos quais, cerca de 79% dizem respeito a gastos com Transportes e Comunicações que totalizam 17.934,03 m€. No final do mês de setembro de 2025, as funções económicas apresentam um acréscimo de 2.457,22 m€ face ao valor registado a 30/09/2024.

Por fim, o grupo denominado Outras Funções, que regista a 30/09/2025 um aumento de 4.369,25 m€ comparativamente ao valor registado a 30/09/2024, e um total de gastos de 18.560,64 m€ englobando componentes como as Operações da Dívida Autárquica (1.973,01 m€), as Transferências ente Administrações (10.795,26 m€), os Encargos com Cobrança de Impostos (2.163,20 m€) e Outras não Especificadas (3.289,12 m€).



A ilustração acima evidencia o contributo de cada área funcional no total dos gastos dos primeiros nove meses de 2024 e de 2025, permitindo uma visualização gráfica do peso de cada um dos agregados.